



# **Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI Nº 056/2021.**



**EXPEDIENTE**

**RELATÓRIO**

**02 SET. 2021**

1

O Projeto de Lei nº 056/2021, que **“Torna obrigatória a instalação de telas ou redes de proteção ao longo de pontes e viadutos localizados no período urbano de Conselheiro Lafaiete.”**, de autoria do Vereador Vado Silva, vem a esta Comissão para emissão de parecer, de conformidade com o art. 89, inciso II, do Regimento Interno.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei visa obrigar o Município de Conselheiro Lafaiete a instalar equipamentos de proteção nas laterais das pontes e viadutos objetivando evitar o descarte de entulhos e lixo nos córregos que cortam a cidade.

A proposta em questão, em relação à competência, está devidamente amparada pela Constituição Federal, em seu artigo 30, inc. I, considerando tratar-se de matéria de interesse local.

Em relação a iniciativa a questão é controversa, no entanto, em respeito aos precedentes desta comissão, para garantir a isonomia, entendemos que o projeto usurpa competência privativa do Poder Executivo, esculpida no art. 60 da Lei Orgânica Municipal.

A proposta dispõe sobre ações a serem executadas pelos órgãos do Poder Executivo para atingir seu objetivo como: a instalação de equipamentos de proteção nas laterais das pontes e viadutos (art. 1º).

Assim, verifica-se que a proposta contém disposições de natureza concreta, que impõem condutas a serem adotadas pelo Poder Executivo, violando o princípio da harmonia e independência entre os Poderes.

Para reforçar o entendimento desta comissão, segue jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que entendeu inconstitucional Lei Municipal que visa obrigar o Poder Executivo a instalar energia solar para iluminação em prédio público, como medida de sustentabilidade ambiental.





# **Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 056/2021.**

EMENTA: AÇÃO DIRETA  
DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº  
4.578/2019. MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO  
PARAÍSO. INSTALAÇÃO DE ENERGIA SOLAR PARA  
ILUMINAÇÃO EM PRÉDIO PÚBLICO. MATÉRIA DE  
INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO  
MUNICIPAL. ARTIGO 66, III, "E" DA CONSTITUIÇÃO DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS. PROCEDÊNCIA.  
- Verifica-se a inconstitucionalidade, por ofensa ao artigo 66,  
III, "e", da Constituição do Estado de Minas Gerais, da norma  
municipal que impõe ao Poder Executivo Municipal a adoção de  
sistema de energia solar nas novas edificações e em eventuais  
reformas dos prédios públicos, ofendendo a iniciativa reservada  
ao Poder Executivo e à autonomia administrativa, notadamente  
por versar sobre estrutura administrativa. (Ação Direta  
Inconst 1.0000.19.148688-5/000)

### **CONCLUSÃO**

Diante dos argumentos retro, concluímos pela inconstitucionalidade da  
proposição em análise.

É o nosso parecer.

SALA DAS COMISSÕES, 01 DE SETEMBRO DE 2021.

VEREADOR PEDRO AMÉRICO DE ALMEIDA

VEREADOR WASHINGTON FERNANDO BANDEIRA

VEREADORA DAMIRES RINARLLY OLIVEIRA PINTO